

## MARCAS DE UMA HISTÓRIA: EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SERGIPE DOS ANOS 1920 AOS ANOS 1970

Rita de Cácia Santos Souza<sup>1</sup>

Universidade Federal da Bahia – ritacsouzaa@yahoo.com.br

### Educação Especial em Sergipe dos anos 1920 aos anos 1970

A década de 1920 é um marco na história da educação especial em Sergipe e no Brasil, com o projeto educacional do Deputado Antônio Manoel Carvalho Neto, o qual defendia a criação de escolas de aperfeiçoamento e classes especiais para “**atrasados**”,<sup>2</sup> suscitando uma grande repercussão tanto na imprensa de Sergipe como na de todo país.

O projeto tinha como título “A educação dos anormais” e por um longo período os jornais publicaram seus discursos e estudos.

No Brasil, o estado de São Paulo, foi o primeiro que apresentou a preocupação com o atendimento especializado ao aluno especial, tendo evidenciado em outubro de 1917 quando o Dr. Vieira Melo, então chefe do Serviço Médico Escolar em São Paulo, publicou na **Gazeta Clínica** um trabalho sobre a educação de “**débeis mentais**” na escola pública. Essa publicação suscitou a promulgação da Lei nº 1.879, de 19.12.1917, que em seu artigo 39 criava, na capital, a primeira “**escola de anormais**” que, entretanto, não chegou a ser instalada (MAZZOTA, 1982: 59), vindo a funcionar no final do segundo semestre letivo de 1930 sob a regência do professor Noberto Souza Pinto, sendo então interrompidas, e retomadas as atividades em 1938, sempre seguindo as diretrizes de quem estava na administração, mudando, portanto as características dos atendimentos.

No entanto, o projeto do deputado sergipano Carvalho Neto teve a honra de receber o título de pioneiro com a educação especial no país por apresentar uma proposta consistente de atuação dentro das expectativas da época, sendo utilizada como referência para muitos trabalhos desenvolvidos no país. Embora este projeto não tenha se concretizado por conta da conjuntura política existente na época como nos afirma Thetis Nunes:

**Nada foi feito, algumas idéias surgiram e em seguida morreram por força da conjuntura local.**

**Estas idéias não podiam vingar porque os interesses estavam permeando outras questões, a educação era privilégio.<sup>3</sup>**

Porém a sua existência foi um grande alerta para a questão.

A educação especial em Sergipe passa da década de 20 até o início dos anos 60 sem a criação de nenhuma instituição voltada para esta clientela, enquanto em São Paulo, em 1954, já estavam funcionando 21 (vinte uma) classes especiais para débeis mentais, em grupos escolares da capital.

Durante este período de silêncio sobre a questão, os jornais demonstram que existia uma preocupação maior com o debate científico e pouco ou nada sobre a educação dos deficientes. Ou seja, aumenta em Sergipe, como em todo país, a preocupação com vacinação, saneamento, acidentes, serviço de desinfecção, assistência médica<sup>4</sup>, tendo a sociedade civil junto à igreja procurado alternativas para o atendimento dos até então “desprotegidos”.

Por causa do desconhecimento e das crenças populares a questão da deficiência apresentou em Sergipe, inicialmente, medo e repugnância, caridade assistencialista, para depois se perceber alguns vultos de preocupação com a cidadania, dignidade e qualidade de vida do portador de deficiência. E mesmo os que tinham conhecimentos científicos sobre deficiência, ainda procuravam explicações sobrenaturais e curas milagrosas.

A sociedade sergipana foi intensamente motivada pela Igreja a perder estigmas que ela própria tinha, de certa forma, passado aos cristãos sobre os deficientes, procurando despertá-los para a prática da caridade cristã.

Surge em Sergipe um grande número de entidades de caridade como as Senhoras de Caridade que em 1919 que sustentaram 57 pobres além de doentes<sup>5</sup>, Associação Pia União das Filhas de Maria, Apostolado do Sagrado Coração de Jesus, Santos Anjos, Maria Auxiliadora, Minas, São Vicente de Paulo, Irmandade Sr. do Bomfim, São Benedito, Nossa Senhora da Conceição, as quais não limitavam esforços para ajudar a comunidade sergipana nos diferentes aspectos de sua vida principalmente a saúde espiritual e corporal.<sup>6</sup>

Nos parece, todavia, compreensível que a Educação Especial em Sergipe não tenha ocorrido como esperava o Deputado Carvalho Neto. Além das iniciativas sociais estarem mais preocupadas com o desenvolvimento da ciência e a saúde, especificamente, o analfabetismo era enorme em Sergipe.

A Liga Sergipense Contra o Analfabetismo tem na década de 1920 uma vasta e árdua missão a qual não se restringe ao trabalho na capital, tinha grande atuação também no interior.

Nos jornais da época era comum observar detalhadamente a caminhada desta Liga e constantes os incentivos na luta contra o analfabetismo:

*A todos os membros da diretoria, pois especialmente ao ilustre e incansável almirante Amyntas Jorge, a cuja direção esclarecida se acham atualmente entregue os destinos da Liga, os nossos parabéns e nossos incitamentos para prosseguirem com demodo nessa rota nobilitante, que é a difusão, cada vez maior, do ensino e a guerra sem trégua ao analfabetismo entre nós (CORREIO DE ARACAJU, 24.09.1921)<sup>7</sup>.*

A educação era privilégio de poucos.

Numa mensagem do Presidente Lobo, Sergipe é evidenciado, por exemplo como sendo o terceiro estado do Brasil em instrução pública. (JORNAL CORREIO DE ARACAJU, 20.10.1921).<sup>8</sup>

Ao observarmos nas diferentes constituições brasileiras a trajetória da Educação Especial podemos perceber que ela teve um avanço significativo de uma para outra. Na primeira, a de 1824, de acordo com o Título II, Art. 8º, era privado do direito político o incapacitado físico ou moral. Percebendo-se aí intenção de exclusão desses indivíduos do direito de exercerem sua cidadania (JANUZZI, 1992).

A Constituição de 1946, determina em seu artigo 172 que “**cada sistema de ensino terá obrigatoriamente, serviços de assistência escolar**”. Apesar de não deixar claro quem são os necessitados, já se mostra nessa constituição as primeiras tentativas de atendimento educacional e não somente médico.

Na constituição de 1967 é dada a mesma ênfase da constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, na medida que estabelece no Artigo 157 do Título IV – Da Família, Da Educação e da Cultura que “**lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e adolescência, e sobre a educação de excepcionais**”.

Neste ínterim, Sergipe tenta dar alguns passos, porém encontra resistência por parte da sociedade que não aceitava que alunos com algum tipo de deficiência ou comportamento que fugissem os padrões estabelecidos fossem matriculados junto aos demais.

Algumas escolas traziam esta questão dita claramente em seus regulamentos, os quais podem ser encontrados com mais frequência nos documentos existentes entre as décadas de 1930 a 1960:

Art. 5º: não poderão matricular-se crianças que tenham princípios de leitura e cálculos, defeito físico, moléstias contagiosas e predisposições mórbidas bem definidas de caráter degenerativo.<sup>9</sup>

E intelectuais como José Cruz deixavam claro em seus artigos a crítica à matrícula de alunos com problemas mentais, atribuindo aos mesmos a responsabilidade, por exemplo, de em 1942, Sergipe ocupar o último lugar no país com relação às conclusões de curso no ensino primário elementar. No período, de 34.394 alunos matriculados no ensino primário elementar somente 650 concluíram o curso.<sup>10</sup>

Só no início da década de 1960 é que Sergipe é contemplado com uma instituição voltada para o deficiente. Esta surge já como resposta aos anseios da sociedade sergipana que não encontrava outra alternativa para o atendimento a esta clientela. Como era previsto, o governo entra como se fosse o protagonista, chega a construir a instituição. No entanto publicações já demonstravam descrédito na total responsabilidade do governo na efetivação do centro, por parte da sociedade sergipana.

... Uma obra de mérito como o Centro de Reabilitação, todavia, estará condenada ao fracasso, pela imprevisão dos recursos à sua manutenção, ao seu efetivo funcionamento. Não bastam as idéias, as intenções para construir obras sociais, se a economia do Estado, do seu povo não for progressista. O Fachadismo, esse pecado dos governantes fruto de uma política danosa ao desenvolvimento econômico do Estado continua vivo, atuante, a despeito das reações populares contra essa norma administrativa (GAZETA DE SERGIPE, 25.01.1962).<sup>11</sup>

Surge assim, o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneiro no trabalho com a Educação Especial no estado e o terceiro no país. Teve como presidente durante grande parte do seu período de funcionamento Dr. Antônio Garcia Filho.

Embebida das concepções sobre deficiência existente surge em 1967, em Sergipe, a APAE (Associação de pais e Amigos dos excepcionais).

Enquanto a clientela maior era de cegos e surdos no atendimento inicial do Ninota Garcia, a clientela maior da APAE sempre foi a de portadores de Síndrome de Down. Posteriormente, ambas instituições começam a atuar também com aqueles que tinham deficiências múltiplas.

Inicialmente a APAE ocupou uma pequena sala no Estádio Lourival Batista. Por não conseguir atender a todas as crianças e por outros problemas surgidos no Estádio criaram a Feira da Bondade a fim de arrecadar fundos para o aluguel de uma casa.

Hoje a APAE funciona no Bairro Industrial na cidade de Aracaju, capital de Sergipe, na cidade de Lagarto e Itabaiana, entre outras, no interior do estado.

É uma instituição filantrópica sem fins lucrativos, cuja missão é prestar ao deficiente mental e múltiplo a assistência necessária à sua reabilitação e educação; criação e desenvolvimento de atividades similares às condições estabelecidas no meio social.

A APAE acredita na capacidade dos deficientes, por isso eles têm uma vida social intensa, viajam, dançam, cantam em coral, praticam capoeira, pintam cerâmica e tecido, fazem móveis e aprendem a cuidar de si mesmos. **"Para sobreviver até os nossos dias os seus componentes têm dado o seu sangue"**.<sup>12</sup>

O Estado só vem assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, em Sergipe, em 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e Cultura) feita ao Secretário de educação Ciência e Tecnologia João Cardoso do Nascimento Júnior. Nesta época a Educação Especial foi implantada apenas a nível de Secretaria.

Por volta de 1975, conforme afirma a professora Yara Campelo<sup>13</sup>, membro do núcleo de Educação Especial da UFS e uma das pioneiras do trabalho com essa modalidade de educação no estado; uma equipe de apoio pedagógico integrante da Secretaria de Educação e Cultura, assumiu a questão da Educação Especial como causa própria. Lutou inicialmente pela formação do professor para atuar na E.E.

Segundo Yara Campelo, a Educação Especial surge no contexto sergipano, em virtude de uma parcela da população apresentar necessidades educativas especiais, no entanto, essas necessidade referiam-se, num primeiro momento ao baixo rendimento de algumas crianças, ao alto índice de reprovação, ou seja ao fracasso escolar.

A implantação no estado foi realizada por uma equipe pedagógica composta por Maria das Graças Barreto (Coordenadora), Yara Campelo e Maria Júlia Santos, (ambas da área de educação) Marilza Franco (Terapeuta da palavra que corresponde hoje a fonoaudióloga) e Marlene Guedes (neurologista). Essa implantação deu-se na gestão do Secretário de Educação Everaldo Aragão e no governo de José Rollemberg Leite.

No início predominava ainda no atendimento educacional, o modelo médico, baseado em fichas de informações

sobre a problemática existente em crianças com índices de reprovação e problemas de aprendizagem.

A avaliação era feita por essa equipe, com base nestas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujos resultados diagnosticavam as crianças com necessidades educativas especiais que eram encaminhadas para classes especiais. Estas eram classificadas como dependentes, treináveis ou educáveis.

Inicialmente, as classes especiais eram para atendimento das crianças com retardo mental e dificuldades de aprendizagem, que devidamente diagnosticados, como se considerava ser o correto na época, eram retiradas das classes regulares. As classes especiais, segundo os professores entrevistados que vivenciaram este período, tornou-se um privilégio, pois eram instaladas com todo material pedagógico necessário e recursos para seu funcionamento. Esses recursos eram financiados pelo CENESP (Centro Nacional de Educação Especial).

A primeira classe instalada e o início dos trabalhos, efetivamente, se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender à criança que estava no ensino regular com dificuldade de aprendizagem e a criança que tinha dificuldades ainda maiores, uma leve deficiência; uma outra sala para atender a crianças surdas e com problemas de fala, com toda aparelhagem necessária, frisam as entrevistadas; uma sala de terapia ocupacional; e atendimento psicológico. Essas classes se expandiram para outras escolas e foram acompanhadas pela equipe da Secretaria da Educação por intermédio de professor itinerante.

O trabalho de Educação Especial, e a formação do professor, nessa modalidade, começou sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe, como no Brasil. Iniciou-se pela prática.

Essa formação se deu por intermédio de cursos esporádicos e específicos sem interligação com os conhecimentos da criança comum. Os cursos de especialização promovidos, inicialmente, foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem, e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

É em virtude de uma mobilidade desses professores já especializados para outras áreas que a equipe que lutava em prol da Educação Especial almejava que a formação desses professores fosse feita na Escola Normal, no curso de magistério, para que houvesse a continuidade do trabalho.

Faz-se necessário frisar que desde 1977 já se encontravam classes especiais nas escolas do ensino regular estadual tanto na capital como no interior.

Ainda no final desta década, paralela à atuação do Estado surge a Rosa Azul. A Sociedade de Ensino e Reabili-

tação Rosa Azul fundada em agosto de 1979, na tentativa de suprir a necessidade apresentada pela clientela deficiente em ter um atendimento multidisciplinar para crianças e adolescentes.

O objetivo da instituição é prestar assistência global a menores excepcionais, ajudando-os na relação familiar e social. Hoje ampliado a jovens e adultos.

A instituição é uma sociedade civil e filantrópica, recebe doações de órgãos governamentais e não governamentais. Atende aos portadores de deficiência física, mental, auditiva, visual, múltipla e com problema de conduta e relacionamento.

Dispõe de uma proposta educacional que propõe o desenvolvimento de um trabalho construtivista, porque proporciona a efetiva participação da criança no processo ensino-aprendizagem.

Os alunos são distribuídos pelo nível de aprendizagem e não por idade, a qual só é levada em conta naqueles em que a diferença é muito evidente.<sup>14</sup>

A iniciativa de mais uma instituição com este fim, deuse pelo fato das classes especiais oferecidas pelo Estado demorarem para inserir o aluno e diagnosticá-lo. Além de serem poucas e não disporem de profissionais bem preparados para atuar.

Enfim, Sergipe, como outros estados brasileiros, foi até onde pôde adiando suas responsabilidades junto a esta parcela da sociedade. Usufruindo da comodidade de parceria com o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul. Como se não fosse dever do Estado atingir dentro da sua proposta educacional o atendimento a esta clientela vindo oferecer o atendimento educacional só a partir da segunda metade da década de 1970.

## Referências Bibliográficas

- JANNUZZI, Gilberta. **A Luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil**. São Paulo: EPU, 1992.
- MAZZOTTA, Marcos J. S. **Fundamentos de Educação Especial**. Série cadernos de educação. São Paulo: Livraria Pioneira editora, 1992.

## Bibliografia Consultada

- BAUTISTA, Rafael. **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa: denalivro, 1997.
- BOMFIM, Manoel. **A América Latina: Males de Origem**. Rio de Janeiro: Tobooks, 1993.
- BIANCHETTI, Lucídio. **Um Olhar Sobre a Diferença: Interação, Trabalho e Cidadania**. São Paulo: Papirus, 1998.

- BRASIL. MEC. CENESP. **Diretrizes Básicas para a Ação do Centro Nacional de Educação Especial**. Brasília: 1974.
- CARMO, Apolônio A. do. **Deficiência Física: a sociedade brasileira cria, discrimina, “recupera”**. 2ª edição, Brasília: 1994.
- CORDIE, Anny. **Os Atrasados não Existem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- CUNHA, L.A. **Educação Estado e Democracia no Brasil**, São Paulo: Cortez, 1991.
- DIEHL, Astor Antônio. **Do método histórico**. Passo Fundo: Ediup, 1997.
- FONSECA, Victor. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- MEIHY, José Carlos. **Sebe Bom**. 2ª Edição, São Paulo: Loyola, 1996.
- MENDONÇA, Nunes. **Educação em Sergipe**. 1958
- NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e terra; Aracaju: Secretaria da Educação do Estado de Sergipe e Universidade Federal de Sergipe, 1984.
- OLIVEIRA, Mariano de. **Educação dos Anormais**, 1917.
- SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- TELFORD, Charles W. & SAWREY, James M. **O Indivíduo Excepcional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

#### NOTAS

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela UFS (SE), Doutoranda em Educação pela UFBA(BA), Professora da Universidade Tiradentes (SE), membro do grupo de pesquisa em Educação Inclusiva pela UFBA e do grupo de pesquisa História das Práticas Pedagógicas da UNIT (SE), entre outros. Endereço: Rua Bosco Scaffs, 20, Lot. Parque dos Coqueiros – Bairro Inácio Barbosa-Aracaju-SE. CEP- 49041-060 – E-mail: ritacssouzaa@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Sobre a educação dos menores anormais. Sergipe Jornal. 27.10.1921. Ano I nº 78 pág. 02.

<sup>3</sup> Entrevista com a Professora Thetis Nune em 18.12.97

<sup>4</sup> Vacinação contra varíola. Diário Oficial de Sergipe. Aracaju, 26.10.1919, nº 59-1 p. 26.

Acidentes no Trabalho Agrícola.

Diário Oficial de Sergipe. Aracaju, 01.11.1919, nº 56-1, p. 94.

Assistência Médica Municipal

A cruzada. Aracaju, 10.10.1920, Anno III, nº 39, p. 09.

<sup>5</sup> Senhoras de Caridade. A cruzada. Aracaju, 20.07.1919. Anno III, nº 26.

<sup>6</sup> Associação Pia. A Cruzada. Aracaju, 06.02.1921, Anno III, nº 51, p. 01.

O Espiritismo. A Cruzada. Aracaju, 06.03.1921. Anno III, nº 55, p. 03.

<sup>7</sup> Correio de Aracaju, 24 de setembro de 1921. Ano XIV, nº 3245. p.01.

<sup>8</sup> Jornal Correio de Aracaju, 20.10.1921. Ano XIV, nº 3.266, pág. 01.

<sup>9</sup> Decreto nº 98 de 27 de fevereiro de 1932 que institue a “Casa da Criança” e regula seu funcionamento. (Encontrado na Biblioteca Epiphânio Doria)

<sup>10</sup> Cruz José. O Problema das promoções e conclusões de curso e ensino primário elementar em Sergipe. Revista de Aracaju, Livraria Regina, 1944. (Encontrado no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe).

<sup>11</sup> Centro de Reabilitação. Gazeta de Sergipe, 25.01.1962. Ano VII, nº 2067.

<sup>12</sup> Entrevista realizada com Maria dos Santos Carvalho em 13.10.98.

<sup>13</sup> Entrevista realizada com Yara Campelo em 1998.

<sup>14</sup> Entrevista com Carolina Stella Chase e Maria da Conceição Santos Almeida em 1998.